



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022

Processo Licitatório nº: 22.354/2021

Recorrente: W&M PUBLICIDADE LTDA

Assunto: Decisão de Recurso Administrativo – Processo nº 07.680/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2022

À Secretária de Gabinete

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **W&M PUBLICIDADE LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico n.º 035/2022.

I. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

01. Alega a **RECORRENTE**, em síntese:

a) Ser “descabida a classificação da proposta apresentada pela recorrida, isto porque o Edital definiu como critério de julgamento o valor do cm/col. A recorrente, por sua vez, se valeu de tal critério para registrar seus lances, o mesmo critério foi observado pela licitante 1 UM LEGALPUBLICIDADE E MARKETING LTDA, que formulou e apresentou seus lances conforme previsto no subitem 3.10 do Edital.

II. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

02. Nas contrarrazões, a empresa A L M BRASIL – SILVA ME, única empresa que apresentou contrarrazão, alega que:

a) “... seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso apresentado contra a recorrida, haja vista que o edital é claro em seu item 27 que trata das considerações de caráter geral que os licitantes podem sanar quaisquer dúvidas e realizar pedidos de impugnação referentes ao certame, tendo sido o edital publicado em tempo hábil para que isso fosse possível. Sendo assim, a recorrente poderia ter questionado ou impugnado caso julgasse que o critério para os lances não fosse de fato objetivo.



Comissão de Pregão III

b) “A solicitação da recorrente prejudica diretamente a empresa L M BRASIL SILVA ME LM BRASIL SILVA ME que além de ter oferecido proposta mais vantajosa para a administração tomou todo o cuidado para que não cometesse o mesmo erro da recorrente ao enviar questionamento à pregoeira via e-mail para confirmação de entendimento sobre a formulação da proposta, sendo prontamente respondida, atitude essa que também poderia ter sido tomada pela recorrente”.

“Considerando tratar-se de uma prestação de serviço a proposta deverá ser cadastrada no valor global”

Sendo assim, a empresa L M BRASIL SILVA ME não deve ser desclassificada por erro que não foi por ela cometido.

III. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

03. Requer a RECORRENTE:

a) “Dito isto, pede-se seja recebida, processada e julgado o presente recurso, dando-lhe provimento, para alterar a decisão da Pregoeira Substituta e classificada a proposta da Recorrente ...”

b) “Sucessivamente, caso não seja reconhecida qualquer ambiguidade no critério de julgamento das propostas, há de ser revogado o certame e republicado o edital ...”

c) “...requer seja a mesma encaminhada à autoridade superior para apreciação do julgamento”.

VI. DAS ALEGAÇÕES DO PREGOEIRO

04. Em princípio, a Douta Procuradoria Geral restou instada a se manifestar acerca da legalidade no que tange à habilitação da empresa LM BRASIL SILVA ME. Diante disso, o referido órgão ponderou sobre as seguintes considerações, conforme despacho de fl. 23:

05. “Neste sentido, tomo por suficientes as razões já expedidas pela Ilma. Pregoeira quanto ao recurso interposto, em razão de sua autonomia quanto à decisão de mérito sobre recurso”.

06. Além disso, segundo a Procuradoria Geral “que a despeito das razões ora aduzidas, a pouca clareza quanto à forma de realização dos lances pode ter dado margem à uma ausência de clareza quanto ao certame. A clareza das condições do certame é um dos corolários do princípio da competitividade, meio através do qual se promove a escolha da proposta mais vantajosa”.



Comissão de Pregão III

07. “Neste sentido, convém sempre ponderar se a forma de lances de algum modo atrapalhou a competitividade, resultando numa escolha menos vantajosa do que aquela que seria realizada caso não houvesse tal embaraço na formulação dos lances. Entrementes, esta é uma ponderação que incube o pregoeiro fazer, revestido de sua notória expertise, para presidir o certame licitatório na forma da lei e dos regulamentos aplicáveis”.

08. Concluindo, considerando todas as alegações expostas, além da documentação em anexo, não cabe razão à recorrente.

V. DA DECISÃO

08. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sustentado pelo parecer da Douta Procuradoria do município, parte integrante desta decisão, sem mais nada evocar, **CONHEÇO** do Recurso interposto pela empresa **W&M PUBLICIDADE LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 35/2022, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, decidindo, dessa forma, pela permanência da **HABILITAÇÃO** da empresa **L M BRASIL SILVA ME**, no Pregão em comento.

09. Portanto, após decisão exarada no presente parecer, encaminho os autos à Secretaria de Governo, pasta requisitante da presente contratação para ciência e manifestação da autoridade superior, como condição indispensável para o devido prosseguimento do feito.

Nova Friburgo, 27 de abril de 2022.

Fernanda Medeiros Rodrigues
Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão III
Mat.: 468.036